



Racismo Estrutural e o Desemprego Negro no Brasil: Um Reflexo da Desigualdade Social **Structural Racism and Black Unemployment in Brazil: A Reflection of Social Inequality**

Ana Beatriz Rocha de Sousa¹ e Kelly Beatriz Dario de Sousa²

¹Graduanda em Direito pela Faculdade Gilgal. E-mail: anabeatrizrochasousar@gmail.com;

²Graduanda em Direito pela Faculdade Gilgal. E-mail: kellybiasousadarioo@gmail.com.

Resumo

Este artigo aborda a relutância do racismo estrutural perante o alto índice de desemprego entre a população negra no Brasil. O objetivo é analisar como as raízes históricas e sociais preconceituosas ainda possuem impacto na desigualdade ao acesso desigual no mercado de trabalho. Por pesquisas bibliográficas e análise de dados estatísticos de fontes como o IBGE, buscou-se responder saciar o motivo pela qual ainda que nos tempos modernos, exista desigualdade racial nos campos de trabalho. As pesquisas trazem que pessoas negras ainda sim continuam ocupando a maior porcentagem entre os desempregados, tendo em sua maioria ocupando cargos de baixa escala e remuneração, tendo isso como consequência de um passado extremamente banal e racista. Em tese, o artigo traz amenizações por políticas públicas com visibilidade de reparação histórica, educação antirracista em escolas e em ambientes profissionais para conscientização e redução do preconceito e desigualdade racial, tornando a sociedade em um ambiente digno para todos os cidadãos, independentemente de sua etnia.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Desemprego; Desigualdade.

Abstract

This article addresses the reluctance of structural racism in the face of the high unemployment rate among the black population in Brazil. The objective is to analyze how the historical and social roots of prejudice still have an impact on inequality and unequal access to the job market. Through bibliographical research and analysis of statistical data from sources such as the IBGE, we sought to answer the question of why, even in modern times, racial inequality exists in the labor field. Research shows that black people still occupy the largest percentage of the unemployed, with the majority of them occupying low-level and low-paid positions, as a consequence of an extremely banal and racist past. In theory, the article brings mitigations through public policies with visibility of historical reparations, anti-racist education in schools and in professional environments to raise awareness and reduce prejudice and racial inequality, making society a dignified environment for all citizens, regardless of their ethnicity.

Keywords: Structural Racism; Unemployment; Inequality.

1 Introdução

A persistência do racismo estrutural no Brasil representa um dos principais fatores que condicionam a desigualdade social e econômica vivenciada pela população negra. Apesar dos avanços legislativos e institucionais nas últimas décadas, o acesso a direitos fundamentais como trabalho digno e oportunidades equitativas ainda é limitado para milhões de brasileiros negros e pardos. No mercado de trabalho, essa desigualdade se apresenta em altos índices de desemprego, subemprego e informalidade, revelando um padrão histórico de exclusão que atravessa gerações.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as taxas de desemprego entre pessoas negras são superiores às registradas entre pessoas brancas, mesmo quando comparadas populações com o mesmo nível de escolaridade. Além disso, negros ocupam



majoritariamente os postos de trabalho com menor remuneração e maior vulnerabilidade social. Esses dados não são meras coincidências estatísticas, mas evidências concretas de uma estrutura social que, historicamente, marginaliza determinados grupos raciais.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural nas taxas de desemprego da população negra no Brasil, buscando compreender como a discriminação racial sistemática influencia o acesso, a permanência e as oportunidades no mercado de trabalho.

Além disso, serão discutidas possíveis estratégias de enfrentamento, como políticas afirmativas, cotas raciais, ações de inclusão no mercado de trabalho e mecanismos legais de combate à discriminação racial nos processos seletivos. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise de dados qualitativos provenientes de fontes oficiais, como o IBGE e o IPEA.

O estudo baseia-se em dados qualitativos obtidos por meio da análise de pesquisas realizadas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de ONGs e coletivos especializados na temática racial. A revisão de tais dados permite compreender padrões estruturais, evidenciar desigualdades persistentes e identificar os principais impactos sociais do desemprego sobre a população negra. Todas essas fontes possibilita uma reflexão crítica e fundamentada sobre a forma que o racismo estrutural influencia a má distribuição de oportunidades referente ao acesso ao trabalho digno e à mobilidade social. A abordagem qualitativa permite contextualizar e interpretar dados estatísticos dentro de uma estrutura histórica, política e cultural de exclusão.

2 Resultados e discussão

2.1 Conceito e Raízes Históricas

O racismo estrutural faz parte de uma desigualdade enraizada nos sistemas socioeconômicos e políticos de uma nação. O racismo estrutural se mostra de forma “superficial” e impactante, sendo um dos motivos da contínua propagação da discriminação e exclusão de meios sociais e econômicos de pessoas negras por meio de estigmas históricos e atitudes racistas “normalizadas” (Batista.W.M, 2018). Além disso, o racismo estrutural está presente nas instituições, nas políticas públicas e nas práticas cotidianas, dificultando o acesso equitativo à educação, ao mercado de trabalho, à saúde e à moradia para a população negra. Esses obstáculos perpetuam um ciclo de desigualdade que é constantemente reforçado por uma sociedade que insiste em ignorar ou minimizar os impactos históricos da escravidão e da colonização.



É necessário ter compreensão de que o racismo moderno enraizado tem um fundamento teórico a partir do tráfico dos africanos vindos da África, na qual infelizmente, muitos indivíduos negros são tratados da mesma forma como na época escravocrata, devido ao uso de termos e outras atitudes extremamente racistas ainda serem normalizados (Alves, 2022). O racismo estrutural tem um grande impacto no campo de trabalho, onde muitas pessoas negras são alvos de racismo, seja em forma física ou verbal, até mesmo não tendo chances de serem contratados devido a sua etnia, e também devido à baixa escolaridade, pois muitos desses povos não tiveram acesso à educação por terem sido obrigados a ficar com o trabalho pesado como forma de sobrevivência, dessa forma os deixando de fora das oportunidades pelas quais todos devem ter direito.

2.2 Dados e Desigualdades

O racismo estrutural no Brasil é um fator determinante para a permanência de desigualdades sociais profundas, principalmente no que se refere à inserção da população negra no mercado de trabalho. O desemprego, nesse cenário, não é apenas uma estatística, mas um reflexo direto de um sistema que historicamente nega oportunidade igualitárias.

As consequências dessa realidade são múltiplas e correlacionadas. A pobreza na população negra é mais elevada, resultância do acesso restrito a empregos formais e bem remunerados. Dados do IBGE indicam que trabalhadores negros recebem menos que trabalhadores brancos, mesmo com o mesmo nível de escolaridade, essa diferença salarial impacta nas condições de vida, no acesso à moradia digna, à saúde, à educação de qualidade e à segurança alimentar. Além disso, existe um processo contínuo de exclusão social, tornando inalcançável o avanço profissional e econômico, mesmo que consigam concluir os estudos.

O racismo institucional é uma das formas mais sutis e persistentes de exclusão da população negra no mercado de trabalho. Ele se manifesta em práticas e políticas adotadas por empresas e instituições que, mesmo sem intenção declarada, resultam em desvantagens sistemáticas para pessoas negras. Processos seletivos que valorizam critérios subjetivos como “boa aparência”, “perfil adequado” ou domínio de determinada linguagem corporativa acabam por excluir candidatos negros, muitas vezes antes mesmo da entrevista. Além disso, a ausência de mecanismos internos para promover a diversidade racial nos ambientes de trabalho mantém a população negra em posições de menor prestígio e remuneração, limitando o acesso a cargos de liderança. Esse padrão se repete em



instituições públicas e privadas, perpetuando desigualdades históricas sob uma aparência de neutralidade.

2.3 Caminhos para Amenizar os Impactos do Racismo Estrutural como Reparação Histórica

Diante desse cenário, se faz necessário apontar soluções para combater o desemprego negro no Brasil, que envolvam tanto a formação de políticas públicas quanto o cumprimento e aprimoramento da legislação vigente. Uma dessas medidas é a política de cotas, prevista na Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de vagas para estudantes negros, pardos e indígenas nas instituições federais de ensino superior; Essa lei tem sido uma importante iniciativa como reparação histórica para o acesso da população negra à universidade e também à qualificação no mercado de trabalho. Outro avanço é a Lei 15.142/2025, que retoma e amplia as cotas raciais em concursos públicos federais, essa lei reserva 30% das vagas em concursos e seleções temporárias para pessoas negras, indígenas e quilombolas, substituindo a antiga lei que estabelecia uma cota de 20%.

Além das cotas, o investimento em políticas de inclusão no setor privado é essencial, com incentivo à diversidade nas empresas e à promoção de negros a cargos de liderança. Nesse sentido, a Lei 9.029/1995 que proíbe práticas discriminatórias na contratação e manutenção de trabalhadores, incluindo discriminação por motivo de raça. Por fim, é primordial promover a educação antirracista em todos os níveis de ensino, conforme a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da matéria "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo escolar. Quando bem implementada, ela contribui para a construção de uma sociedade que reconhece o valor da cultura negra e combate os estereótipos racistas desde a infância, ajudando a formar cidadãos mais conscientes, empáticos e preparados para promover a igualdade racial em todos os espaços sociais. Portanto, a articulação entre leis, políticas públicas e educação antirracista é o caminho mais consistente para romper com o ciclo histórico de exclusão e garantir a dignidade e os direitos da população negra no mercado de trabalho.

3 Considerações finais

Diante do exposto, a busca por pesquisa bibliográficas levam e confirma a tese de que o racismo estrutural é um dos pilares para o aumento do desemprego da população negra no Brasil, visto que o racismo vai muito mais além do que o preconceito em si, mas como um ciclo passado por um ancestral forte que necessita ser quebrado.



Nesse cenário, torna-se urgente que a sociedade, como um todo, reconheça com seriedade as ações e estruturas que sustentam e reforçam o racismo estrutural no Brasil. É fundamental compreender que o combate ao racismo não pode se limitar a discursos simbólicos ou a atitudes pontuais, mas deve envolver um compromisso coletivo com mudanças profundas e consistentes.

Por conseguinte, é indispensável a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à reparação histórica da população negra, quilombola e indígena. Além disso, a promoção de práticas antirracistas e ações inclusivas em ambientes de trabalho, instituições de ensino e demais espaços sociais são fundamentais para a construção de um país mais justo. Educar, conscientizar e garantir condições igualitárias para que pessoas negras tenham acesso às mesmas oportunidades e vivam com dignidade e respeito é apenas um dos muitos passos necessários para edificar uma sociedade verdadeiramente democrática e equitativa.

Desse modo, é preciso que a sociedade em si reconheça urgentemente reconhecer as ações que levam a fortalecer o racismo estrutural. Logo, é necessário políticas públicas para que seja feita a devida reparação histórica com esses indivíduos, práticas antirracistas e ações inclusivas em empresas e setores de educação são primordiais para o começo de mudanças nesse cenário. Instruir e incentivar a igualdade social para que pessoas negras possam viver com dignidade e respeito, é apenas um passo para construir o alicerce de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2581–2589, out. 2018.

BRASIL. ***Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012***. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1-2, 30 ago. 2012.

BRASIL. ***Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014***. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos da administração pública federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jun. 2014.

BRASIL. ***Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995***. Proíbe a exigência de comprovação de esterilização e outras práticas discriminatórias para efeito de admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5713, 14 abr. 1995.



BRASIL. ***Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003***. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

CEERT – **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**. Disponível em: <https://www.ceert.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DIEESE – **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Boletins sobre desigualdades no mercado de trabalho por raça/cor. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.
<https://www.poder360.com.br/poder-economia/taxa-de-desemprego-entre-pretos-fica-em-75-e-e-a-menor-da-historia/>

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [\[https://www.ibge.gov.br\]](https://www.ibge.gov.br)(<https://www.ibge.gov.br>). Acesso em: 7 jun. 2025.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: [\[https://www.ipea.gov.br\]](https://www.ipea.gov.br)(<https://www.ipea.gov.br>). Acesso em: 7 jun. 2025.

ONU MULHERES BRASIL. **Relatórios sobre igualdade racial e de gênero**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação e relações raciais: contribuições para a construção da igualdade. In: BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.